

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE

CLARISSA CALADO

**CAMARA MIRIM E A IMPORTÂNCIA DO PROTAGONISMO JUVENIL NA
CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA**

BATURITÉ

2023

CAMARA MIRIM E A IMPORTÂNCIA DO PROTAGONISMO JUVENIL NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

Clarissa Lopes Calado

Declaro que sou autor(a)¹ deste Trabalho de Conclusão de Curso. Declaro também que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daqueles cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, declaro, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais. (Consulte a 3ª Cláusula, § 4º, do Contrato de Prestação de Serviços).

RESUMO

O presente artigo trata-se de uma obra original que busca discorrer sobre a importância do projeto Câmara dos Vereadores Mirins, com objetivo geral promover a integração entre Câmara Municipal, sociedade civil e escolas do município sejam elas públicas ou privadas, para isso estabelecemos como objetivos específicos, difundir a rotina dos representantes do poder legislativo através da atuação do mandato dos Vereadores Mirins e socializar as ações dos Vereadores Mirins entre as escolas e comunidades onde vivem, o método utilizado pelo Vereadores Mirins para suas respectivas atuações seguiram os mesmos trâmites dos Vereadores de Baturité, primeiros os Vereadores Mirins se reuniam sozinhos ou com um mediador para definir o tema da sessão, após decidido é feito a divisão das pesquisas a serem realizadas para embasar o tema proposto, neste momento os Vereadores Mirins buscavam se reunir com colegas de classe e /ou do bairro onde moram para construir a sua fala como representante, decidiam também algum possível requerimento que tivesse que ser feito na sessão, por mim se organizavam nos dias de sessão. Os resultados obtidos foram mensurados a partir dos registros de vídeo na página da Câmara dos Vereadores Mirins, das atas produzidas das sessões dos Vereadores Mirins e dos requerimentos feitos pelos mesmos, concluímos o presente artigo afirmando a importância de termos uma sociedade que compreenda todos os cidadãos como indivíduos que precisam ser ouvidos e ter espaço para se auto-organizarem.

PALAVRAS-CHAVE: Vereador Mirim, Câmara dos Vereadores, Poder Legislativo, Cidadania, Protagonismo Juvenil

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de um artigo original que tem como finalidade apresentar o projeto Câmara Mirim e dissertar sobre sua implementação bem como discorrer sobre como ocorreu o funcionamento em seu primeiro ano de implementação, que ocorreu em 2019. O projeto Câmara Mirim é um projeto de lei criado por mim, Vereadora Clarissa Calado e tem como objetivo geral promover a integração entre Câmara Municipal, sociedade civil e escolas do município sejam elas públicas ou privadas, para isso, se faz necessário dois objetivos específicos sendo o primeiro difundir a rotina dos representantes do poder legislativo através da atuação do mandato dos Vereadores Mirins e o segundo socializar as ações dos Vereadores Mirins entre as escolas e comunidades dos Vereadores Mirins eleitos.

É importante frisar que a relevância deste projeto tem a possibilidade de colher frutos de curto, médio e longo prazo, principalmente por tratar diretamente com a juventude, permitindo que os mesmos desenvolvam a plena cidadania, ou seja a informação e conhecimentos obtidos serão necessários em todo o percurso da vida de indivíduo.

O problema identificado por mim é uma baixa formação cidadã de forma geral quando tratamos de assuntos principalmente político e de atribuições do Poder Legislativo e por isso através de conversas recorrentes com colegas do meio educacional, político e também da sociedade civil, tive a ideia de implementar o projeto Câmara Mirim, que busca educar para a cidadania plena os jovens que têm entre 12 e 14 anos.

Esperamos ao fim desta pesquisa, concluir que o interesse pela efetiva participação política tenha aumentado significativamente entre o público-alvo, mas que para além disso, possamos criar uma cultura entre as pessoas de toda a sociedade que participa ativamente das decisões políticas em nossa cidade.

O presente artigo justifica-se pela urgência em que agentes políticos e sociedade civil organizada tem de criar uma nova cultura em nossa sociedade, uma cultura que discute política durante o ano inteiro e não apenas em ano eleitoral, para isso este artigo fará uma pesquisa de campo, acompanhando através de registros, como foi o ano de 2019, ano da implementação do projeto.

DESENVOLVIMENTO

O projeto Câmara Mirim possibilita a atuação de adolescentes de escolas públicas e privadas que cursam entre a 7º e 9º série permitindo que os mesmos obtenham informação e conhecimento quanto a atuação do poder legislativo do município de Baturité. Projeto de RESOLUÇÃO Nº 001, DE 24 DE JANEIRO DE 2019 de minha autoria, foi desenvolvido com o objetivo geral de promover a integração entre a Câmara Municipal, a sociedade e as escolas públicas e privadas do município, permitindo ao estudante compreender o papel desempenhado pelo Poder Legislativo. Na prática funciona como uma verdadeira integração entre a escola e o poder legislativo, com apoio do poder público no fornecimento de ônibus, lanches e outros recursos necessários para que os vereadores mirins eleitos possam ter todo o apoio necessário durante seus mandatos, que são de 12 meses.

O projeto busca fortalecer o protagonismo da juventude, como bem disse Costa.

O protagonismo juvenil parte do pressuposto de que o que os adolescentes pensam, dizem e fazem pode transcender os limites do seu entorno pessoal e familiar e influir no curso dos acontecimentos da vida comunitária e social mais ampla. Em outras palavras, o protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política onde estão inseridos. (Costa, 1996)

Permitir que os jovens liderem um projeto como esse, para propor ideias novas assim ajudando a solucionar problemas do cotidiano de toda a sociedade, entendemos ser capaz de no futuro desenvolver líderes e criar uma nova e informada sociedade civil organizada em um futuro próximo.

Desde a sua implementação, o projeto é coordenado e tem a mim como maior apoiadora e incentivadora, juntamente com a Senhora Pedagoga Cláudia Cardoso Professora do Município e da Faculdade do Maciço de Baturité e a ex- Vereadora

Mirim em 2019 lara, atualmente estudante da Escola Estadual de Ensino Profissional onde também atua na defesa dos direitos dos estudantes.

As sessões e o projeto acontecem em dois momentos distintos. Primeiro, são desenvolvidas discussões e reflexões sobre o Poder Legislativo nas escolas públicas e particulares, através de palestras e debates. O segundo momento do programa se direciona para a eleição dos vereadores mirins, e o acompanhamento do exercício de seus mandatos parlamentares. São realizadas, nesse período, tarefas que possibilitam aos alunos entre a 7^o e 9^o séries, expressarem pensamentos e reflexões, como também desenvolverem a criatividade. Em seguida, a escola elege o seu representante e a partir daí os vereadores mirins têm a oportunidade de levantar dados sobre o bairro onde a escola está localizada, formular questionamentos, denúncias ou reivindicações que possam ser transformadas em projetos de lei na Câmara Municipal da Baturité. Vale ressaltar que “o projeto tem muita importância, pois possibilita às crianças terem conhecimento e vivenciarem o trabalho do Poder legislativo. Assim como representantes das classes estudantis, dos jovens e da sociedade como um todo, os vereadores mirins podem agir em defesa dos direitos e cumprimentos dos deveres civis, tendo a capacidade de ajudar na solução de problemas sociais e profissionais, portanto, exercer a cidadania”. Além disso, os alunos têm a oportunidade de visitar o Paço Municipal e também elaborar questões e opinar sobre os projetos que estão em tramitação na Câmara sugerindo melhorias.

Como objetivo geral o projeto Câmara Mirim busca integrar o poder legislativo, as escolas públicas e privadas do município, assim como toda a sociedade baturiteense. Para alcançar esse objetivo estabelecemos como objetivos específicos dialogar com a sociedade sobre a importância do projeto e dialogar com professores e alunos de todas as escolas do município sejam elas públicas ou privadas sobre a importância do projeto

Como método estabelecemos um cronograma de reuniões para estimular a participação dos demais vereadores que representam a sociedade baturiteense e um cronograma de visitas pré-agendadas com todas as escolas públicas e privadas do município para apresentar o projeto em sua totalidade, como também estimular a participação de todos os alunos das já referidas séries, assim como o levantamento de

quantitativos de sessões, requerimentos e ideias novas para solucionar problemas do cotidiano que afetam as escolas e as comunidades onde moram os alunos do município.

Para que sejam abordados os aspectos aos quais esse estudo se propõe, se faz necessário uma consulta ao conjunto de conhecimentos produzidos nos diversos artigos científicos disponíveis, ao longo desse capítulo quero evidenciar as leituras que me serviram como base e referencial teórico para a construção desse artigo.

O primeiro aspecto que quero elencar e que considero de extrema importância é garantir que a juventude possa se apropriar do seu papel cidadão e cidadania não pode ser encarada como uma responsabilidade enfadonha, mas como uma ferramenta de construção da realidade, como disse Milton Santos:

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS, 1994, p.18).

Corroborando Milton Santos e trazendo para o nosso campo de estudo, é comum ouvirmos jovens emitirem opiniões sobre assuntos políticos sempre com jargões comuns do tipo, “na política só tem corrupto”, “política é para quem tem dinheiro”, “eu odeio política”, afunilando mais ainda nosso campo de estudo, lembro que nosso objeto de estudo é sobre um projeto posto em prática em uma cidade do interior do Ceará com aproximadamente 35 mil habitantes e é possível encontrar alguns jovens que repetem jargões como “o melhor político da cidade”, “sou fã desse político”, “esse político é enviado de Deus”, mas o que tem em comum tantas frases a favor ou contra o trabalho político? Eu acredito que é a falta de conhecimento da política como disciplina a ser ensinada, debatida e compreendida na rotina diária de toda a comunidade, ou seja, quando um jovem repete que não gosta de política, nem ele, nem a família dele ou da comunidade em que ele mora tem algum contato com agentes políticos antes dos processos eleitorais, ou pior, quando esse jovem se propõe a falar bem de determinado político, é porque alguém da família e ou/comunidade participa ou participou do processo

eleitoral, mas o que fica evidente nos dois posicionamentos, é a falta de conhecimento do trabalho político, é a falta de senso crítico de toda a sociedade para manter uma discussão de alto nível sobre um assunto tão importante para a nossa sociedade.

A Câmara Mirim também é um instrumento que pode ser utilizado como garantidor de direitos fundamentais, é sabido por todos os brasileiros e principalmente pelos membros da comunidade escolar as violações diárias que nossas crianças e jovens são submetidas, como bem enfatizou Roselani Sodré da Silva e Vini Rabassa da Silva:

O reconhecimento da necessidade de políticas públicas de caráter geracional para a juventude, tendo como diretriz a concepção de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, é recente. No Brasil, o reconhecimento da criança e do adolescente como prioridade nacional foi uma conquista dos movimentos sociais iniciados a partir dos anos de 1980, que culminaram com a realização, em 1985, do "Encontro Nacional de Grupos de Trabalhos Alternativos e a Criação do Movimento Meninos e Meninas de Rua" (Lopes; Silva; Malfitano, 2006). Finalmente, em 1988, a Constituição Federal incluiu no, Art.227, crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. (SILVA, Roselani Sodré da e SILVA, Vini Rabassa da 2011, Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios).

Só em 1988 com a promulgação da Constituição Federal, é que crianças e jovens passaram a ser sujeitos com direitos garantidos, direitos como professar sua fé, reconhecimento de sua sexualidade, agressão e abusos familiar, trabalho infantil, entre outros, eram e ainda são ignorados diariamente, mas desde 1988 há um conjunto de leis que protegem as crianças e jovens do nosso Brasil, o projeto Câmara Mirim tem o potencial de por luz sobre as diversas leis que dão sustentação aos direitos das crianças e adolescentes, como por exemplo o respeito ao nome social e o acesso ao conselho tutelar sempre que essa criança sentir que seu direito foi violado, óbvio que o projeto Câmara Mirim não finda as violações que possam ocorrer com as crianças, mas definitivamente é um instrumento poderoso para garantir direitos, uma vez que a juventude é sistematicamente silenciada por grupos poderosos e mal intencionados, cabe a própria juventude se apropriar dos mecanismos sociais de proteção para faze-los eficazes.

Outro aspecto importante, é o desenvolvimento da emancipação da juventude, quando criamos o projeto Câmara Mirim, em suma, o que fizemos foi dar voz, dar voz

para ouvir demandas, sugestões, mas sobretudo para deixar que a juventude possa reclamar daquilo que não lhe agrada, no primeiro momento a tribuna foi utilizada em grande parte pra ser um espaço de pôr pra fora aquilo que desagradava os jovens nas escolas e nas suas comunidades, mas logo se tornou um espaço de proposição, os jovens perceberam que podiam além de reclamar sugerir mudanças e isso fez grande diferença para todos as crianças e jovens que tinham acesso diário aos vereadores mirins. No livro “estação juventude: conceitos fundamentais” diz o seguinte:

[...] Quando afinamos um pouco mais a percepção acerca disto, percebemos de maneira geral, trata-se de medidas que estabelecem como principal objetivo contribuir para reverter o quadro de exclusão social verificado entre grande parte dos jovens dos estratos marginalizados da população considerando-os sujeitos de direitos em sua integridade. (ABRAMO, Helena. Estação Juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude, 2014 p. 106).

Embora seja impossível fugir da lei da vida, de que todos nós nascemos e iremos envelhecer é comum ouvirmos em grupos diversos, opiniões pré conceituadas do quanto a juventude é irresponsável e incapaz de tomar atitudes sensatas baseada no humanismo e benéficas para toda a sociedade, como bem disse Maria Teresa Miceli Kerbauy:

O imaginário social continua associando a juventude à transgressão, à curiosidade, às buscas fora dos referenciais de normalidade, sem atentar a tentativa angustiada dos jovens de serem incluídos, ouvidos e reconhecidos como membros da sociedade em que vivem. (KERBAUY, 2005, p.196.)

Mesmo havendo grupos políticos minando a participação da juventude em decisões que os envolvem, os menores avanços que sejam, como por exemplo o projeto da Câmara Mirim, evidenciam a capacidade da juventude de se auto organizar, de discutir temas que são relevantes a juventude e desmontando o falacioso discurso moralista que diminui a capacidade da juventude de resolver seus próprios problemas.

Nosso resultado após chegarmos ao fim do primeiro ano de mandato dos vereadores mirins eleitos, foi que, tivemos a participação de todas as escolas do município, públicas e privadas, cada uma elegeu o seu aluno representante tornando-o vereador mirim, alcançamos uma importante marca quando se trata da participação de membros da sociedade civil organizada que ao serem convidados ora pra contribuir com uma roda de conversa, ou sendo convocados para dar explicações acerca de pautas que interessavam diretamente esses alunos e jovens, compareceram e promoveram lindos e valorosos debates, uma participação tão maior quanto efetiva das escolas representadas pelos vereadores mirins, que foram estimuladas pelos mesmos e exigindo seja por convocação ou seja por pressão popular que ao acompanhar a sessão cobrava respostas, que os profissionais que compõe a escola discutissem temas que antes eram deixados de lado, ora por não permitir que esses jovens tivessem voz dentro das escolas antes de se tornarem vereadores mirins, ora por falta de conhecimento pedagógico da importância de estimular a auto organização da juventude. Com isso tivemos sessões sobre bullying nas escolas, sobre a importância das cotas sociais, como também diversos requerimentos apresentados pelos vereadores mirins solicitando que o poder público tomasse medidas sobre problemas do cotidiano na escola e na sua comunidade.

1 CONCLUSÃO

Embora tenha havido resistência por parte de alguns colegas de tribuna, conseguimos realizar durante o ano de 2019 ótimos encontros com os 13 vereadores mirins eleitos, a juventude se mostrou capaz de discutir com seriedade os mais variados temas que os afligem, os vereadores mirins se mostraram ótimos articuladores, como quando se reuniram com conselheiros tutelares, autoridades do município, quando convidaram alunos do ensino médio para falar da importância da lei de cotas, quando convidaram o Diretor da maior escola do município a prestar esclarecimentos sobre suas ações para combater o grave problema social de ansiedade e depressão que já era assunto comum entre os jovens, os jovens vereadores mirins se mostraram empáticos quando discutiram temas relacionados as discriminações de raça, sexualidade e religião comumente ligados as minorias, os vereadores mirins se mostraram responsáveis

quando decidiam os temas para as sessões da Câmara Mirim e faziam estudos, levantando inclusive opiniões de colegas de classe, com tudo o que foi dito, é possível afirmar que as crianças e jovens tem capacidade de se auto organizar e com incentivo do Estado podem ajudar a construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Concluo o presente artigo ressaltando os avanços que são mensuráveis através dos próprios registros dos documentos da Câmara Municipal de Baturité, como também das redes sociais onde inclusive foram transmitidas as sessões dos Vereadores Mirins. Podemos dizer que alcançamos os objetivos específicos, pois após intensas reuniões, conversas, debates e rodas de conversas, diversos assuntos necessários e urgentes foram tratados nas escolas, na comunidade e também com os próprios Vereadores do Município, através das pautas e assuntos levantados pelos Vereadores Mirins.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, María Laura (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec / Anpur, 1994, p. 15-20.

SILVA, Roselani Sodr e da e SILVA, Vini Rabassa da, 2011, Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios.

ABRAMO, Org. Helena. Estac o Juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude, 2014 p. 106.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli, 2005, p.196.

COSTA, Ant nio Carlos. Protagonismo Juvenil - Adolescência, educa o e participa o democrática. (1996)

FALEIROS, Mara Andréa Tedesco. A importância do desenvolvimento do protagonismo juvenil no ensino de ciências. (2020)

